

QUANDO A IGREJA SE REÚNE EM CASA:
A COMPREENSÃO DO ESPAÇO
SAGRADO DAS IGREJAS EM LARES



Christovam Reis dos Santos Filho  

Doutor em Geografia, Universidade Estadual do Ceará

Contato: christovam.filho@prof.ce.gov.br

Como citar: SANTOS FILHO, C. R. Quando a igreja se reúne em casa: a compreensão do espaço sagrado das igrejas em lares. *Revista Formação (Online)*, v. 29, n. 54, p. 521-554, 2022.

Recebido: 21/10/2020

Aceito: 09/09/2022

Data de publicação: 20/12/2022

Resumo

Por meio dos estudos da geografia cultural que trata dos fenômenos espaciais pela apreensão dos significados, propomos fazer uma análise da religião. A discussão que se insere articula uma interpretação entre o espaço sagrado e as *igrejas em lares*, grupos que não utilizam locais previamente construídos para prática religiosa, mas antes adotam os lares como pontos de encontro e as assembleias se constituem essenciais para a fluência do sagrado. Nosso objetivo é a apreensão teórica da manifestação do sagrado em uma espacialidade vivida nas *igrejas em lares*. Tomamos como abordagem metodológica um olhar interpretativo de textos geográficos, sociológicos e religiosos, bem como documentos elaborados por pessoas que defendem tal modo de vivenciar o sagrado, além de visitas em campo. Assim, entendemos que estes grupos possuem um discurso de divergência acerca do espaço sagrado em relação às instituições tradicionais, pois aquelas não adotam o tripé denominacional utilizadas por estas, uma vez que combatem o uso de templos, não aceitam uma hierarquia religiosa e nem praticam a cobrança de dízimos em suas práticas cristãs. Desse modo, o espaço sagrado das *igrejas em lares* adota uma sacralidade fluida, advinda da efemeridade dos encontros em grupo.

Palavras-chave: Espaço sagrado. Igrejas em lares. Tripé denominacional.

WHEN THE CHURCH GATHERS AT HOME: UNDERSTANDING THE HOLINESS OF CHURCHES IN HOMES

Abstract

Through the studies of cultural geography dealing with spatial phenomena by seizing the meanings, we propose to analyse religion. The discussion here articulates an interpretation between the holy spaces and the churches in homes, the groups that have not used the pre-built sites for religious practice, but rather they adopt homes as meeting points and their assemblies are essential for the sacred to flow freely. Our goal is the theoretical understanding of the manifestation of the sacred in a spatiality lived in churches in homes. The methodological approach we have taken is an interpretative look at geographical, sociological and religious texts, as well as documents drafted by people who defend such a way of experiencing the sacred, plus field visits. We therefore understand that these groups have a divergent discourse on sacred space compared to traditional institutions as those do not share the denominational tripod used by the latter, as they oppose the use of temples, do not accept religious hierarchy and nor do they practice tithing in their Christian practice. Thus, the sacred space of churches in homes embrace a fluid sacrality, due to the ephemeral nature of group meetings.

Keywords: Sacred space; Churches in homes; Denominational tripod.

QUAND L'ÉGLISE SE RASSEMBLE À LA MAISON: LA COMPRÉHENSION DE L'ESPACE SACRÉ DES ÉGLISES EN FOYERS

Resumen

A travers les études de la géographie culturelle qui traite des phénomènes spatiaux par l'appréhension des significations, nous proposons de faire une analyse de la religion. La discussion qui s'inscrit articule une interprétation entre l'espace sacré et les églises dans les maison, des groupes qui n'utilisent pas des lieux préalablement construits pour la pratique religieuse, mais au lieu de cela, les foyers deviennent des lieux de rencontre et les assemblées sont essentielles à la fluidité du sacré. Notre objectif est l'appréhension théorique de la manifestation du sacré dans une spatialité vécue par les églises dans les foyers. Nous prenons comme approche méthodologique un regard interprétatif de textes exposants sur le sujet, ainsi que des documents élaborés par des personnes qui défendent une telle façon de vivre le sacré, en plus des visites sur le terrain. Nous considérons donc que ces groupes ont un discours de divergence sur l'espace sacré par rapport aux institutions traditionnelles, car elles n'adoptent pas le trépied dénominatif utilisé par celles-ci, puisqu'elles luttent contre l'usage des temples, de prêtres religieux et de dîmes dans leurs pratiques chrétiennes. Ainsi, l'espace sacré des églises de maisons de retraite adopte une sacralité fluide, issue de l'effémerité des rencontres en groupe.

Mots-clés: Espace sacré. Églises à domicile. Trépied dénominatif.

INTRODUÇÃO

O presente texto direciona seus esforços para uma análise de significados presentes no espaço. Podemos dizer que “significados constitui a palavra-chave da geografia cultural renovada” (CORRÊA e ROSENDAHL, 2008, p. 75), considerando o espaço por meio da captação e interpretação dos sentidos em variados fenômenos como a religião.

A ciência geográfica tem contribuído para o entendimento da religião, caracterizada por uma “proliferação de um pluralismo religioso, [no qual], [...] vem fazendo com que a religião, nas últimas décadas, se torne algo instigante e proponha uma nova agenda para a geografia” (COSTA, 2012. p. 49). Assim, mais estudos realizam interpretações acerca da manifestação espacial do sagrado.

Podemos dizer que os estudos da geografia da religião no Brasil são relativamente novos, quando nos referimos à Geografia Cultural Renovada. Souza (2010) afirma que em 1980 ocorre a consolidação da Geografia da Religião como campo reconhecido na ciência geográfica brasileira. E ainda sobre sua utilidade, o mesmo autor afirma que “a cultura religiosa proporciona um considerável campo de análise para a Geografia” (SOUZA, 2010, p. 76). E assim “vários programas de pós-graduação de geografia, tem professores-orientadores e grupos de estudos voltados para tais temáticas, consolidando a geografia da religião brasileira” (OLIVEIRA, p. 2019, p. 10), tornando notório o crescimento no número de pesquisas que relacionem a religião e o espaço.

Dentro desse campo, buscamos realizar uma interpretação espacial do fenômeno religioso, considerando a experiência de grupos cristãos que exercem por meio de grupos cristãos que exercem suas práticas religiosas nas suas casas. Este fenômeno advindo, em maior parte, do movimento pentecostal ganha força no país, pois “a rápida redução do peso da hegemonia católica no país decorreu diretamente, mas não exclusivamente, do crescimento acelerado de seus concorrentes religiosos, sobretudo das igrejas pentecostais, e do avanço dos sem religião” (MARIANO, 2013, p. 120). Além do pluralismo religioso, há uma densidade no trânsito religioso, apontados por Almeida e Monteiro (2001), como uma crescente no espaço brasileiro, sobretudo em grandes cidades.

Conseqüentemente, cresce a população que se declara não pertencente a uma denominação religiosa, apesar de ainda exercerem a fé cristã, configuração peculiar ao caso das igrejas em lares. Por exemplo, os chamados sem religião “quintuplicaram de tamanho entre 1980 e 2010, formando o terceiro maior ‘grupo religioso’ do país” (MARIANO, 2013, p. 123). Como explicaremos adiante, as igrejas em lares são compostas por pessoas que

podem se enquadrar nesse grupo, pois mesmo que as estatísticas não definam satisfatoriamente quem compõem os “sem religião”, apenas 739.532 das 14.595.979 pessoas nessa categoria (IBGE, 2012) se declaram ateus ou agnósticos, ou seja, ainda possuem alguma crença, conforme sua resposta ao recenseador. São grupos que se apresentam no espaço como resistentes ao uso de um espaço físico material previamente preparado para práticas religiosas. Ou seja, não são adeptos a templos e nem quaisquer formas espaciais construídas para a manifestação do sagrado e por isso, não filiada a instituições denominacionais cristãs.

Assim, este trabalho direciona a uma exposição teórica acerca da manifestação do sagrado em uma espacialidade vivida pelas igrejas em lares. Para isso, nosso olhar se volta para uma apresentação desses grupos no campo da geografia da religião, uma vez que a maior parte dos estudos tem como campo empírico instituições que usam templos em suas práticas religiosas.

METODOLOGIA

Tomamos como base uma metodologia que vise abranger os significados presentes no espaço por meio de olhar interpretativo sobre o nosso objeto de estudo e apreensão do espaço sagrado. Delineamos nosso entendimento consoante ao que afirma Costa (2020, p. 124-125) “ao interpretar de forma dialógica o texto, vamos encontrar a dimensão espacial que se objetiva em paisagens, lugares, territórios e regiões”, ou seja, pelos textos que abordam o assunto buscamos uma interpretação interativa sobre o fenômeno em sua dimensão espacial.

Dessa forma, esquematizamos nossos procedimentos a partir de uma literatura que auxilie na definição de igrejas em lares e seu dimensionamento no real. Nossa abordagem teórica acerca da religião toma por base autores que defendem uma análise cultural sociológica crítica, entre os quais listamos representativamente Almeida e Monteiro (2001), Bourdieu (2007), Durkheim (2008), Mariano (2012; 2013) e Rodrigues (2007), que o consideram como um campo social e que seus praticantes o exercitam como maneira de entender o mundo. Tais autores nos fornecem uma reflexão da religião em seu viés social que nos auxilia a relacionar os grupos religiosos com aquilo que temos estudado.

Buscamos também uma literatura que faça a relação entre religião e sua manifestação espacial. Usamos Eliade (1979; 1985; 2008), Meslin (1992) e Rosendhal (2012) para falar acerca do espaço sagrado, além de Tuan (2013) ao aproximar a experiência do sujeito como maneira de ver o real no espaço. Essas leituras são importantes porque nos trazem um caminho para interpretar o real em sua dimensão espacial.

Além dos dados estatísticos do Censo 2010 (IBGE, 2012) e dados fornecidos por outros autores que estudam a temática, examinamos outros escritos elaborados por pessoas que expõem ou defendem a ideia de igrejas nos lares. Nesse caso são documentos extraídos por participantes dos grupos cristãos domésticos, produzidos em forma de livro ou conteúdos publicados em *sites*, que transmitem as ideias defendidas por seus adeptos, além de informações cedidas pelos próprios participantes das igrejas em lares. Esses documentos foram extraídos de momentos em que visitamos os grupos entre os anos de 2018 e 2021, onde pudemos participar de suas experiências e conversarmos a respeito de suas reuniões, além de receber materiais disponíveis na internet sobre as igrejas em lares, os quais nos ajudam a identificar quem são esses grupos e como procedem, pois a maneira como experienciam a religião nos fornecem elementos que usamos para apreensão espacial do fenômeno e possibilita um detalhamento comparativo entre o que expressam tais grupos e o modo como são classificados pelas estatísticas oficiais.

Desse modo, nosso trabalho consiste em três momentos: uma delimitação conceitual das igrejas em lares, perpassando os conceitos de igreja, lar e espaço sagrado. Neste primeiro momento, buscamos estabelecer uma demarcação, não rígida, mas inteligível do conceito de igrejas em lares, de modo que consigamos diferenciar de outros grupos religiosos tradicionais e também de outras assembleias domésticas, como os movimentos de células e/ou núcleos de pregação filiados a alguma instituição religiosa. A diferença é que as igrejas em lares são autônomas e sem nenhum vínculo institucional. Isso é necessário tendo em vista que o conceito ainda não é consolidado no meio acadêmico, assim, pode apresentar carência de fontes bibliográficas, mas por outro lado, temos algumas acepções propagadas por escritos de pessoas que defendem e divulgam de modo independente as práticas das igrejas em lares que participam desse movimento, como também pelo contraste conceitual que os termos indicam na literatura.

Em um segundo momento, contextualizamos esse fenômeno no espaço brasileiro. Nossa intenção é elucidar como grupos cristãos domésticos estão presentes no cenário nacional, além de pontuar alguns fatores favoráveis para sua expansão. Apesar das igrejas em lares não listarem entre as denominações religiosas dos órgãos estatísticos, percebemos que elas crescem no país, pois há que se considerar que nem todo aquele que se declara sem religião de fato o é (JACOB et al., 2003). Além disso, há dificuldades de coleta de dados por questões metodológicas do censo no tocante à classificação de algumas práticas religiosas (RODRIGUES, 2007), as quais induzem aos grupos domésticos ao anonimato estatístico ou

serem incluídos em grupos mais gerais na classificação estatística. Por isso a importância de uma breve contextualização.

Em seguida, analisamos a espacialidade contida nas *igrejas em lares*, por meio de uma caracterização de seus fundamentos de fé e como vivenciam espacialmente a igreja. Aqui relacionamos os adjetivos diferenciais destes grupos com outras instituições cristãs, inclusive no tocante a espacialidade entendida por estes grupos, como também na assimilação da manifestação do sagrado entre eles. Para isso, amparamo-nos em uma vivência com alguns grupos que se reúnem em lares na cidade de Fortaleza a partir de visitas aos grupos em momentos de reunião. Os grupos se localizam em bairros periféricos da capital cearense, a saber: Barroso, Cidade Nova, Passaré e Siqueira II e que se reúnem aos domingos, ou pela manhã, ou pela tarde. A nossa presença nesses grupos nos auxiliaram a apreender o ponto de vista dos participantes.

Cabe destacar que o presente trabalho é fruto de um percurso acadêmico que trilha para a construção de possibilidades metodológicas que cercam a temática apresentada. Portanto, o presente texto é traz em seu bojo um dos aspectos que pesquisamos em nosso Doutorado, por isso em alguns momentos apresenta-se em uma construção metodológica.

“O SENHOR DO CÉU E DA TERRA NÃO HABITA EM TEMPLOS FEITOS POR MÃOS HUMANAS”: O QUE SÃO AS IGREJAS EM LARES?

Inicialmente, temos que colocar em evidência a distinção etimológica do termo “igreja” com o significado usual que ela possui. Essa sistematização conceitual é importante porque por ela se fundamenta a visão dos grupos domésticos, no qual se inclui as igrejas em lares. Associação terminológica entre igreja e templo é reforçada há séculos, sobretudo com a dogmatização religiosa católica, pois reforçam que o templo é a casa de Deus e igreja visível (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2017).

Desse modo, a tradição cristã acompanha este princípio, até mesmo as igrejas evangélicas, pois estas também adotam o templo como essencial para promoção da fé e práticas religiosas cristãs. Entre os cristãos não católicos, em sua maioria, os templos “são a expressão material da afirmação da igreja em todos os sentidos, principalmente no aspecto espacial, com catedrais grandiosas e monumentais.” (GOMES, 2011, p. 163). Logo, o conceito de igreja se torna sinônimo de templo.

Entretanto, entre as instituições religiosas católicas ou não, o conceito de igreja também significa o grupo de membros de denominações religiosas. Pois etimologicamente

igreja seria “uma convocação do exército para reunir-se. É atestada de Eurípedes e Heródoto em diante (século V a. C.), e significa, no uso da antiguidade, a assembleia popular dos cidadãos efetivos e competentes da polis, cidade” (BROWN; COENEN, 2000, p. 984). Logo, o termo se refere essencialmente a uma coletividade.

Para o contexto religioso, o conceito foi apropriado pela transliteração do termo grego nas bíblias sagradas cristãs. A raiz *ekklesia*, formado por *ek* (para fora) e *kalein* (chamar, clamar), ou seja, “chamados para fora”, faz entender que não poderíamos associar o termo a um local específico para práticas religiosas, mas antes às pessoas que a formam. Nesse caso, a expressão simboliza a mensagem de Jesus, pois ele combatia o sistema social judeu. Como diz o texto a seguir:

[...] a prática discursiva de Jesus foi feita para subverter, radicalmente, o sistema ideológico-religioso que constituía o sistema dominante, na formação social de Israel. Esse sistema centrava-se no Templo, sendo por ele ligado aos outros sistemas da estrutura social. O objetivo da prática de Jesus era, precisamente, a eliminação do Templo e, juntamente com ele, do sistema de inclusão-exclusão, organizado pela Lei (PONTES, 2018. p. 43).

Sobre a significação de igreja como construções religiosas, há alguns argumentos que podem esclarecer como ocorreu tal processo. Por exemplo, vemos em trechos bíblicos que os discípulos de Jesus em várias vezes adotaram as casas como locais de reunião. Podemos ver nos seguintes trechos bíblicos: “Tendo entrado na cidade, subiram à sala de cima, onde costumavam ficar. Eram Pedro e João, Tiago e André, Filipe e Tomé, Bartolomeu e Mateus; Tiago, filho de Alfeu, e Simão, o Zelota; e Judas filho de Tiago” (BÍBLIA SAGRADA, Atos dos Apóstolos, 2, 46); “No primeiro dia da semana, estando nós reunidos para a fração do pão, Paulo entretinha com eles. Estando para partir no dia seguinte, prolongou suas palavras até a meia noite. Havia muitas lamparinas na sala de cima, onde estávamos reunidos” (BÍBLIA SAGRADA, Atos dos Apóstolos, 20, 7-8). Esses versos mostram que o cenáculo, a parte de cima da casa que caberiam mais pessoas reunidas, aportava os primeiros discípulos em suas reuniões.

Além dos relatos bíblicos apontarem para um número crescente de adeptos, há evidências arqueológicas que apontam para reuniões domésticas. Como afirma Cavalcanti (2021a, p. 28) “nos primeiros anos do movimento cristão o que temos é o emprego de casas que sofrem pequenas adaptações para abrigar os rituais”, e assim poderiam receber os discípulos, o que mostra ser esse o local escolhido para as reuniões. Haja vista, “na medida em que as congregações cresciam em tamanho, os cristãos começaram a remodelar seus lares para acomodar os números crescentes” (VIOLA, 2005, p. 47). Isso ocasionou na cristandade

primitiva a se apoiar logisticamente em casas de pessoas com melhor situação financeira que patrocinavam o movimento proporcionando suas residências para as reuniões (CAVALCANTI, 2021b). Na bíblia cita alguns exemplos de pessoas que recebiam os discípulos em sua casa, a saber, Prisca e Áquila (BÍBLIA SAGRADA, Romanos, 15, 5), Cloé (BÍBLIA SAGRADA, I Coríntios, 1, 11), Ninfas (BÍBLIA SAGRADA, Colossenses, 4, 15) e Filemon (BÍBLIA SAGRADA, Filemon, 1, 1-2). São pessoas que possuíam recursos a ponto de suas residências acomodarem a congregação em suas respectivas localidades.

“Ir à igreja” no cristianismo primitivo era antes ir a uma casa, para se encontrar com outros que abraçavam a fé no Cristo. Percebe-se ainda que o termo é usado somente alguns anos após os primeiros relatos serem registrados, no século II, mais precisamente. Conforme Viola (2005, p. 45), “Clemente [190 d. C.] foi a primeira pessoa a utilizar a frase ‘ir à igreja’, que era um pensamento alheio ao crente do século I”. Antes disso, Assim, não era comum no período apostólico ter o deslocamento como fator de santidade, mas antes o reunir-se. Logicamente existiam templos, mas, mesmo assim, os cristãos, salvo exceções, utilizavam casas para o convívio cristão.

Desse modo, a espacialidade cristã se exercia pela assembleia nos lares ressignificando o local em um espaço sagrado mediante o encontro. Quando este era desfeito, o lar voltava a ter sua função residencial, ou seja, “nem a significância da cidade, nem o tamanho numérico determina o emprego do termo [igreja]. O que conta é a presença de Cristo entre aquelas pessoas” (BROWN; COENEN, 2000, p. 994). O termo igreja na concepção dos cristãos no início do movimento era compreendido pelo agrupamento de pessoas que professavam a ressurreição de Jesus.

Segundo Coulanges (2006), algumas religiões antigas dentro do espectro politeísta greco-romano eram domésticas, pois eram de caráter familiar, daí algumas assembleias religiosas optarem pela privacidade para realização de rituais religiosos. Inclusive as lareiras, de onde deriva o sentido de lar, era a chama sagrada que habitava a casa, pois a religiosidade era praticada em torno do fogo, na qual era atribuída aos antepassados da família.

Também não podemos deixar de considerar o contexto conturbado que uma nova doutrina religiosa causaria no judaísmo. Seguindo a lógica de Silva (2011, p. 31), “o Cristianismo era considerado uma religião ilícita e suspeita, cujos membros estavam sujeitos ao aprisionamento, à condenação e à pena capital”. Essa consideração dificultava a aparição dos cristãos em lugares públicos para realização de suas assembleias. Logo, a casa dos próprios discípulos se destinava como ponto de encontro da igreja, mas também como local de refúgio da perseguição daqueles que não abraçavam a fé cristã.

Seguindo o modelo relatado na bíblia podemos inferir que a igreja primitiva usufruía dos lares como um lugar de convívio do sagrado, que se substanciava no grupo. O sagrado era a participação do convívio coletivo entre os aderentes da fé cristã. O “eterno retorno”, como explicado por Eliade (1985), era ritualmente vivido nos momentos de reunião. Contudo, sendo nos lares a possibilidade desses encontros, podemos concluir que eram sacralizados nos momentos rituais, nos quais só faziam sentido em coletividade.

Atualmente, apesar de o discurso religioso sinalizar que igreja representa o povo de Deus, o uso corriqueiro e o mais entendido na prática cristã aponta que igreja é sinônimo de templo. Basta uma rápida verificação na internet ou no cotidiano para averiguarmos que a igreja está presente onde há templos. Da mesma forma, a denominação religiosa se apresenta em crescimento na medida em que constrói templos, disputando o território com concorrentes ou ainda se mostrando presente em determinado local.

Todavia, ganha força a ênfase de igreja significando grupo de pessoas. Há alguns exemplos potencializados desse discurso no cenário religioso. Afirma-se que “A igreja em casa reforça aquilo que ela realmente é: o povo de Jesus. Não é prédio, instituição, hierarquia ou denominação. Não ‘vamos à igreja’; somos a igreja!” (BOST, 2007, p. 16). Quando se fala em prédio a referência direta é o templo. Também se diz que “temos um ajuntamento espontâneo de pessoas que pensam de igual forma e que se reúnem para praticar a comunhão e caridade. [...] Orgânico significa puro, original, sincero, verdadeiro.” (OLIVEIRA, 2018, p. 131). O entendimento aponta para o ajuntamento orgânico como modo de exercício do cristianismo, isto é, a igreja enquanto grupo de pessoas que aceitam a fé. Esta mentalidade dispensa quaisquer elementos físicos do entendimento do conceito, pois a convivência e a espontaneidade caracterizam a igreja.

Assim, podemos dizer que a igreja existe sem o templo, porém não se evidencia sem a ideia de grupo. Ao estudar a origem do fenômeno religioso, Durkheim (2008) relata que “uma sociedade cujos membros estão unidos pelo fato de conceber, da mesma maneira, o mundo sagrado e suas relações com o mundo profano, e de traduzir essa concepção comum em práticas idênticas é o que se chama de igreja” (DURKHEIM, 2008, p. 75). Evidencia-se conceitualmente que igreja remete a um grupo, uma vez que para a religião ser propagada deve haver uma igreja. Esta não é um local, mas um modo de vida em grupo na qual estabelece uma religião. Não é uma adaptação de um lugar cósmico, ou uma declaração partidária. É um conjunto de ações do cotidiano que o distingue de outros grupos. Estas ações são ritualizadas em momentos de coletividade, na qual se assenta a crença, por isso desencadeia a religião. Assim, as igrejas em lares são compostas não por locais onde se

pratica o sagrado, mas de comunidades que vivenciam o sagrado em rituais coletivos praticados em uma mesma disposição mental acerca do divino.

Neste caso, quando nos referimos ao lar, entendemos como um espaço cultural sacralizado, pois “é o lugar em que se efetua pelo rito sacrificial o encontro entre o homem e a potência divina” (MESLIN, 1992, p. 129-130). A sacralidade do lar está atrelada, então ao momento de encontro, através do convívio experienciado, uma vez que os ritos sacrificais são acordados pelos participantes para serem praticados no local estabelecido também simbolicamente, direcionando o lar como uma demarcação representativa do que seria a assembleia de Deus, seu povo reunido em um só lugar.

Em sua dimensão espacial é mister a compreensão de que as igrejas em lares se espacializam a partir do momento em que a religião se molda simbolicamente em uma relação entre o sagrado e a objetivação material. “É, com efeito, o símbolo que dá sentido profundo dos ritos realizados, quer se trate dos ritos de integração social e cultural ou de ritos de agregação a comunidade religiosa” (MESLIN, 1992, p. 138). Assim, a compreensão de que a igreja é um corpo vivo, grupo de pessoas, remete ao entendimento de que o encontro forma a igreja e o local onde se reúne passa a ser sagrado. Como resultante, a vivência entre os fiéis direciona a um transcendente que se faz presente em cada momento de união e partilha. Isso transforma o lar em um símbolo da fraternidade ensinada por Cristo.

Baseado no exposto acima, as igrejas nos lares são grupos de cristãos que adotam os momentos de convívio coletivo como expressão do sagrado, sem uma delimitação concreta pré-estabelecida para o fim religioso. Especialmente são formados pelo vínculo de fé, e não pelo espaço físico construído. O uso de um templo é substituído pelos lares, que constitui o espaço sagrado, uma vez que remete a um núcleo familiar que está reunido em um local no qual o sagrado se manifesta mediante a singularidade que essa reunião tem sobre o grupo.

“E SE EDIFICAVAM E ANDAVAM NO TEMOR DO SENHOR”: UM CRESCIMENTO ANÔNIMO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS

Outro ponto para a compreensão das igrejas em lares é o seu aspecto invisível crescimento em número de adeptos. Contudo, é necessário entender que o movimento da igreja em direção ao ambiente do lar não é algo novo, mas fruto de uma liberdade religiosa advinda com maior intensidade a partir da década de 1970, com o neopentecostalismo, segmento este que participa do crescimento pentecostal brasileiro.

Pentecostalismo e neopentecostalismo são termos distintos para se referirem ao processo de reavivamento cristão. O primeiro “[...] teve origem nas doutrinas de John Wesley. O fundador do metodismo acreditava que o homem devia, após a justificação, dedicar-se à santificação” (CAMPOS JUNIOR, 1995, p. 21). Por santificação entende-se o processo no qual o crente deve se purificar dia-a-dia a partir de rituais e condutas pessoais que o segregam de uma vida profana. Isso quer dizer que o crente pentecostal diverge doutrinariamente de outros segmentos cristãos mais antigos, como o catolicismo ou o protestantismo histórico.

Podemos dizer que esse processo conduz a individualidade de seus adeptos e assim buscar por si mesmos uma interpretação correta para seu modo de vida. Assim, mediante esse movimento, outras religiosidades cristãs são questionadas ou desacreditadas como defensores do evangelho. O que emigrou muitas pessoas do catolicismo, por exemplo. Contudo, a maioria dos pentecostais ainda segue doutrinas baseadas no uso do templo.

Entretanto, o movimento pentecostal abriu brechas para uma maior ramificação cristã. É o que se destaca o texto a seguir sobre a inserção do pentecostalismo em terras brasileiras:

[...] apenas a partir do fim da primeira década do século passado é que começam a introduzir-se no cenário religioso brasileiro os protestantes pentecostais, que, pelo seu crescimento intenso e presença marcante, passam a alterá-lo substancialmente, sobretudo nas regiões metropolitanas do país (NEGRÃO, 2008, p. 122).

A exposição do autor esclarece que este movimento deixou marcas na forma de vivenciar a religião cristã. Pelo que se constatam, a partir do momento em que as pessoas puderam expor sua liberdade religiosa, as interpretações acerca do sagrado se diversificaram. Assim, novas acepções do cristianismo surgiram notadamente no que diz respeito às condutas pessoais, coadunadas a vertente pietista, isto é, um “retorno à teologia viva dos apóstolos e da Reforma, com forte ênfase na pregação do Evangelho, acompanhada de um testemunho cristão condizente” (COSTA, 1999, p. 3).

Por sua vez, o direcionamento do fiel a uma conduta próxima de um “modelo” divino acarretou uma pluralidade religiosa, uma vez que cada grupo passou a elaborar seu próprio conjunto doutrinário, desagregando-se de grupos maiores, ou mais hierarquizados. Alguns desses grupos obtiveram êxito, inclusive, por propagar a Teologia da Prosperidade em seus templos religiosos (MARIANO, 2012), de modo a associar o crescimento espiritual diretamente proporcional ao sucesso econômico do crente, como é o caso das igrejas neopentecostais. Estes repercutiram modos mais maleáveis de disseminação da fé cristã, como adaptação de locais para cultos, aluguel de estabelecimentos comerciais, fácil engajamento do fiel e menor rigor para pessoas que almejam os cargos de comando dentro das instituições.

Dessa maneira, houve maior fragmentação doutrinária e mais subdivisões abrindo novas possibilidades de exercer a fé cristã.

Desse modo, as divergências doutrinárias acerca dos ensinamentos messiânicos tomaram rumos divergentes, ao ponto de atualmente existirem várias ramificações pentecostais, como elenca o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seus dados sobre o campo religioso. Em 2010, o IBGE elencou quarenta e sete classificações diferentes para religião, separados em pelo menos quatro grandes grupos: católicos, evangélicos, outras religiões e sem religião. Dentre essas dissensões, doze são de origem pentecostal (incluindo as neopentecostais) e se nota 9.218.129 (4,8% da população) de pessoas classificadas como evangélica não determinada (IBGE, 2012). Acreditamos que uma parcela desse montante possa ter fluído para grupos domésticos, dentre os quais está nosso objeto de pesquisa, uma vez que a pluralidade religiosa permitiu uma “crescente opção individual de não filiar-se ou de se afastar de instituições religiosas” (MARIANO, 2013, p. 120). Ao efetuar esse posicionamento, o crente estabelece modos de praticar a fé cristã longe do aparato institucional religioso.

Abrimos aqui uma nota para expressar a dificuldade de se colocar em números absolutos a quantidade de pessoas que se reúnem nos lares, sobretudo pela natureza desses grupos, como expusemos no tópico anterior como por sua estrutura mais fluida ao rejeitar o uso de templos para seus encontros e práticas rituais. Quanto aos dados estatísticos, cabe destacar que,

como a pergunta era apenas qual sua “religião e/ou culto”, pode se pensar que muitos preferiram responder apenas a religião por economia de tempo, por privacidade ou por tantos outros motivos, e não necessariamente por não ter nenhuma prática e denominação religiosa. Dessa forma, entre esses podem estar muitos evangélicos praticantes ligados a qualquer igreja, que não vamos saber quais, e pode haver os sem igreja também, mas não temos informações sobre isso no censo. (MARIZ, 2013, p. 48)

Por isso, é necessário um esforço interpretativo para analisar os dados. Contudo há indícios que nos permitem afirmar que evangélicos indeterminados, ou até mesmo os sem religião, abarquem as igrejas em lares. É notório que o tema é bem difundido na internet, com alguns sites que centralizam as discussões acerca das igrejas em lares e outros que comentam o assunto. Podemos aqui citar os sites Grupo News¹, Igreja Simples², Igreja nos lares em Altinho³, Irmãos em Águas Claras/DF⁴, Irmãos na cidade do Rio de Janeiro⁵ e Conversando⁶

¹ Site: <https://www.gruponews.com.br/quem-somos>.

² Site: http://igrejasimplesorganicanoslares.blogspot.com/p/blog-page_11.html.

³ Site: <http://igrejanoslaresemaltinho.blogspot.com/2016/03/igreja-nos-lares-um-bom-comeco.html>.

que declaram fazer parte do movimento das igrejas em lares. Além disso, o tema igrejas em lares é pauta para discussão, sobretudo no meio evangélico, como vemos disponíveis nos sites Comunidade AMAR⁷, David Servant⁸, Gospel Mais⁹, Mentos bereanas¹⁰, Reino e Sacerdote¹¹ e Grande Diálogo¹². Todos os sites aqui mencionados discutem sobre a maneira de praticar a fé cristã em casas e acreditamos que isso seja consequência de um movimento que cresce, despertando o interesse do público pelo descontentamento com as instituições cristãs existentes no Brasil.

Até dentro das instituições religiosas é uma temática ascendente. Na revista Expositor Cristão (MAGALHÃES, 2018), da Igreja Metodista, mostra uma matéria de capa sobre as igrejas nas casas, mostrando ser algo crescente no Brasil. Segundo a reportagem, “Em uma pesquisa rápida no site de busca do Google, a frase ‘igreja nos lares’ aparece 1,38 milhão de vezes. Já ‘igreja nas casas’, a pesquisa trouxe 5,3 milhões de resultados” (MAGALHÃES, 2018, p. 8). O entusiasmo sobre o qual o autor eleva os dados de busca, mostra certa surpresa com a quantidade de pessoas que se interessam pelo assunto. Mesmo não podendo ser convertidas em número de praticantes, a reportagem evidencia o crescimento nesse modelo de exercício da fé cristã, mesmo que nas estatísticas isso ainda não seja satisfatoriamente esclarecido.

Retomando aos dados estatísticos, outro grupo que também nos chama a atenção e nos faz identificar as origens religiosas das igrejas em lares é o aumento de pessoas que se declaram sem religião. Ainda sob os dados do IBGE (2012), são 14.595.979 (aproximadamente 8% da população total do país) pessoas autodeclaradas não pertencer a nenhuma filiação religiosa. Mas devemos atentar que

[...] pode-se pensar que o fato de um indivíduo se declarar sem religião não significa, *ipso facto*, que ele seja ateu. Apesar dessa tendência, não se deve desconhecer também a religiosidade do povo brasileiro, no sentido mais amplo do termo. Assim, sem dúvida, uma fração importante das pessoas que se dizem sem religião acredita em Deus, sem participar, no entanto, das instituições religiosas e sem se sentir pertencendo a uma comunidade confessional. Nesse sentido, mais do que o crescimento do ateísmo, trata-se, ao que tudo indica, de um enfraquecimento das religiões como instituições (JACOB et al., 2003, p. 115).

⁴ Site: <http://irmaosemaguasclaras.blogspot.com/>.

⁵ Site: <http://osirmaosnacidadaj.com.br/reunioes/>.

⁶ Site: <http://www.blues.lord.nom.br/livros-online-estudos-biblicos-book-bible-study-the-lord-church/igreja-nos-lares.shtml>.

⁷ Site: <http://www.comunidadeamar.com.br/igreja-nos-lares-uma-visao-biblica/>.

⁸ Site: https://www.davidservant.com/other_languages/portuguese/portuguesetdmm/04-2.

⁹ Site: <https://estudos.gospelmais.com.br/igreja-nos-lares-um-indicio-do-fim-dos-tempos.html>.

¹⁰ Site: <https://www.mentosbereanas.info/a-associao-crista-em-igrejas-nos-lares/>.

¹¹ Site: <https://www.mentosbereanas.info/a-associao-crista-em-igrejas-nos-lares/>.

¹² Site: <https://www.mentosbereanas.info/a-associao-crista-em-igrejas-nos-lares/>.

Isso quer dizer que há lacunas no modo de se captar as informações referentes à religiosidade no Brasil. As lacunas advêm pela maneira que se pergunta ou o modo como são assimiladas as informações recebidas pelo recenseador. Isso porque os dados do IBGE

[...] supõem a unicidade de crença e pertença como a única possibilidade de vivência religiosa, ao confinar a participação dos informantes indagados apenas uma das vertentes presentes – a declarada – e, supõem ainda a aceitação, por parte dos mesmos, da íntegra de suas crenças e práticas, com a exclusão das demais (NEGRÃO, 2008, p. 123).

Nesse caso, o declarante, mesmo com uma crença cristã, ao não se identificar com nenhuma das possibilidades reconhecidas pelo Censo, acaba se colocando no grupo sem religião. Isso não é incomum, pois os levantamentos estatísticos não assimilam a polissemia que o termo religião possui para o crente, como relata Rodrigues (2007, p. 39):

Durante a realização das entrevistas com indivíduos que se declaravam sem religião, compreendi que o termo religião, para eles, poderia ser traduzido como afiliação a uma instituição religiosa; logo, um indivíduo *com religião* era aquele que pertencia e participava das atividades de uma instituição.

Ou seja, as igrejas em lares estão ocultas nas estatísticas por questões metodológicas na captação de dados, mas ela está presente, seja como um evangélico não definido, dos quais a maior parte advém do pentecostalismo (MARIANO, 2013), ou ainda por se declararem fora de uma instituição religiosa, visto que se reúnem em casas, sem o registro legal e por associarem a palavra religião com instituição religiosa. Sabemos que nem todos os casos se encaixam nesse cenário, mas é fato a crescente desinstitucionalização religiosa no país. Entendemos a desinstitucionalização “tendo como parâmetro a ausência de vínculos institucionais” (FERNANDES, 2018, p. 373). O que nos leva a apreender que nesses dados está implícito o crescimento de grupos cristãos como as igrejas em lares, uma vez que esses grupos não são vinculados institucionalmente.

Fernandes (2006) classifica os “sem-religião” em cinco categorias: Religiosidade própria; Desvinculados e descrentes; Críticos das religiões; Ateus e Tradicionalizados. Ela ressalta que o primeiro tipo é o mais popular, uma vez que “41,4% de pessoas sem religião que justificaram a própria condição optando pela seguinte afirmativa: *‘porque possui uma religiosidade própria sem vínculo com Igrejas’*” (FERNANDES, 2006, p. 84). É mais um indicativo que a pessoa quer se afastar da instituição e não das crenças, inferindo que alguns podem pertencer às *igrejas em lares*.

Há ainda um fator que favorece nossa proposição é o trânsito religioso. Seguindo a linha argumentativa de Almeida e Monteiro (2001), o grupo dos sem religião recebe maior

parte de seu contingente pessoas vindas da Igreja Católica e de grupos pentecostais. Isso quer dizer que boa parte das pessoas que se enquadram dentro das igrejas em lares oriunda desses dois grupos. Porém, esse trânsito é fluido e de fato o Censo de 2010 não deixa informações que nos permitem definir um quantitativo exato de fiéis e nem de suas origens religiosas (MARIANO, 2013), contudo abre possibilidades para reflexão, pois “a pessoa ao se declarar sem religião parece indicar claramente, uma ‘desinstitucionalização’ da religião ou crise de pertença religiosa” (VILLASENOR, 2013, p. 6).

A transição religiosa está vinculada a opção daqueles que se declaram sem religião, pois “a condição auto-definida de sem religião não é necessariamente o fim de linha de alguém que passou pela experiência do trânsito religioso, mas é um estado, que como qualquer outro nos tempos atuais, tem lá o seu caráter transitório” (FERNANDES, 2009, p. 84). Ou seja, “sem religião” também significa estar em mudança de crença ou forma de exercer sua religiosidade. Ela ainda compreende que esta é importante, porém, a pessoa se ajusta a condições específicas na qual ele escolhe o que aderir ou não sobre a religião.

Ainda sobre os números, cabe destacar que o Censo 2020 foi adiado para 2022, logo, até o momento de redação desse artigo, a atualização que temos se dá por uma amostra realizada pelo “Instituto Datafolha, realizada entre 5 e 6 de dezembro de 2019 e publicada em 2020, tendo entrevistado 2948 pessoas acima de 16 anos em 176 municípios do país” (PESTANA, 2021, p. 2). Levando em conta que é uma amostra, podemos apenas inferir algumas considerações. “Entre os sem religião, apesar do aumento de 8% para 10%, a variação se encontra dentro da margem de erro, não podendo ser afirmado que houve um verdadeiro crescimento desse grupo” (PESTANA, 2021, p. 2). Mesmo assim, podemos perceber a consolidação dessas pessoas que não possuem vínculos institucionais. Dentre esses números podemos inserir as igrejas em lares, uma vez que, como veremos adiante, esses grupos combatem os moldes institucionais religiosos majoritários no país.

“EDIFICAREI MINHA IGREJA”: CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DAS IGREJAS EM LARES

As igrejas em lares, como foram visto anteriormente, advém de um contexto de crescimento pentecostal, sobretudo em sua vertente neopentecostal nos anos 1970 e na expansão da desinstitucionalização religiosa. Também já ficou claro que quando nos referimos à igreja estamos nos referindo a grupos de pessoas que se reúnem em nome de Cristo, e não ao seu local de adoração e ainda explicitamos que os lares eram a preferência

dos cristãos relatados na bíblia, por isso os lares são escolhidos hoje para os encontros das igrejas.

Desse modo, cabe expor agora a delimitação teórica acerca do entendimento desses grupos, isto é, como podemos identificar uma igreja em lar e como isto pode ser objetivado em sua dimensão espacial. Tivemos contato com quatro grupos na cidade de Fortaleza, onde visitamos algumas de suas reuniões e, a partir de prévia autorização dos membros, tivemos a oportunidade de observar o discurso empregado nas reuniões e as práticas existentes durante o período de coletividade, o que nos permitiu assimilar o posicionamento dos grupos, bem como comparar com os materiais divulgados pela internet de outras pessoas que defendem o movimento das igrejas em lares.

O exposto que apresentamos juntamente com nossa observação esclarece que as igrejas em lares rejeitam a três interpretações conceituais defendidas nas instituições religiosas cristãs mais tradicionais e institucionais, compostas pelos termos por nós denominados de **templo-sacerdote-dízimo**. Estes termos em seu conjunto formam aquilo que denominamos nesse trabalho de **tripé denominacional**. A seguir, trataremos como esses três termos são entendidos pelos membros que se reúnem nos lares. Contudo, cabe ressaltar que esses termos são interdependentes, isto é, um se apoia sobre o outro.

As igrejas em lares apresentam como uma de suas características a inutilização de templos físicos, a primeira haste do tripé denominacional. Porém, não apenas por questão de escolha, mas por entendimento comum entre os membros acerca da interpretação bíblica. A partir dos informes disponíveis na internet e visitas realizadas a alguns grupos de Fortaleza, observamos que utilizam as casas por comodidade ou para cumprimento de um evento específico elaborado pela instituição, como acontecem com os chamados pequenos grupos (PG's), ou grupos em células. Outros ainda por não dispor de recursos para construção de um templo particular. Entretanto, as igrejas em lares se reúnem dessa forma por uma escolha deliberada, pois julgam que os templos repercutem o domínio de uma hierarquia institucional que atrapalha a equidade dos participantes. Na visão desses grupos, o templo não é um local aprovado por Deus para reuniões cristãs.

De acordo com o presenciado em nossas visitas *in loco*, os participantes das igrejas em lares afirmam que o templo ofusca o real sentido da igreja. Isso ocorre devido à associação vulgar de que o templo em si é sagrado. As igrejas em lares distinguem dessa assertiva, rechaçando a sacralidade em locais onde a igreja, nesse caso a assembleia, não está. Ou seja, a sacralidade é algo além da demarcação simbólica de uma área, pois necessariamente precisa congregar pessoas para uma mesma finalidade religiosa.

Essa sacralidade associada ao domicílio pode ser compreendida a partir da perspectiva de Eliade (1979; 2008) quando o autor associa ao termo hierofania a uma seletividade significativa na vida daqueles que acordam os símbolos sacralizados. Para esse autor, o sagrado pode ser vivido em espaços onde ele se manifesta, por isso há espaços onde o sagrado está e outros espaços amorfos, sem direcionamento, onde predomina o profano. Contudo, essa distinção de um objeto ou lugar particular reflete a ação do sujeito sobre aquilo que ele identifica como hierofânico. Desse modo, para o sagrado se manifestar é essencial existir uma vivência, pois é ela que ressignifica os espaços. A hierofania surge como um elemento fundante do espaço sagrado. Isto é, “o espaço sagrado é o *locus* de uma hierofania, isto é, de uma manifestação do sagrado” (ROSENDAHL, 2006, p. 121). Este *locus* não é necessariamente uma construção, contudo foi culturalmente aceito assim também no cristianismo, pois religiões diferentes de antes e após o cristianismo já utilizavam templos para as funções religiosas.

Também se faz necessário entender que essa manifestação não é abrupta, no sentido de uma revelação, mas de um acordo simbolizado pelo grupo, por meio de uma seleção daquilo que ganha uma conotação diferente dos demais. Enfatizamos isso porque para alguns a hierofania é associada a algo que se revela (KONG, 2002), como se aparecesse de maneira espontânea e sem interferência da leitura perceptiva do grupo.

Porém, essa manifestação é resultante daquilo que é definido pelo grupo como algo além. De maneira mais direta, podemos dizer que “uma hierofania pressupõe uma escolha, uma nítida separação do objeto hierofânico relativamente ao mundo que o rodeia” (ELIADE, 2008, p. 19). Assim, a revelação contida na manifestação do sagrado nada mais é do que aquilo que foi separado para exercer uma função simbólica destoante dos outros documentos (na perspectiva de Mircea Eliade, entendido como rito, mito, objeto, templo) que há ao redor.

Precisamos deixar claro que nossa opção teórica por Eliade (2008) reflete aquilo que ele possibilita apreender numa análise estrutural do sagrado. Ao representar o ritual como sagrado, o grupo assimila a comunicação simbólica que permite o exercício seletivo daquele espaço onde se pratica o ritual. Partindo do pressuposto de que as igrejas em lares percebem o encontro dos fiéis no lar uma repetição daquilo que os primeiros discípulos de Jesus fizeram, podemos inferir que o lar, nesse aspecto, não é mais uma habitação usual, mas o local onde o próprio Cristo está presente. Ressaltando que “a noção de espaço sagrado implica a ideia de repetição da hierofania primordial que consagrou este espaço transfigurando-o, singularizando-o, em resumo, isolando-o do espaço profano à sua volta” (ELIADE, 2008, p.

296), a característica da igreja cristã primitiva seria, para os grupos de hoje, a hierofania primordial.

As reuniões promovidas pelos participantes das igrejas em lares, ressignificam o lar, porém de modo mais fluido, pois o local somente adquire sacralidade por meio da reunião dos membros. Diferentemente de um espaço sagrado visível na paisagem, a ação dos sujeitos em meio a rituais e crença nos relatos bíblicos faz com que o lar enquanto sagrado seja um espaço construído e desconstruído simbolicamente. De fato, a prática conduz o objeto, este revitaliza a repetição daquela. O ambiente doméstico é um critério de seleção para a sacralização de espaços nas igrejas em lares.

De maneira prática, concordamos com Kong (2002) ao dizer que a hierofania é uma construção, advém de uma sacralidade envolvida entre os sujeitos que vivenciam e selecionam os objetos que repercutem um contato com o transcendente. É o caso dos templos. Ela afirma que “lugar sagrado em uma condição urbana moderna é inventada através da criação física, construção ideológica e interpretação simbólica” (KONG, 2002, p. 1585, tradução nossa), contudo a criação física por ela mencionada é a coletividade dos membros que escolhe o lar, no caso de nosso objeto de estudo, como locus físico da construção ideológica e interpretação simbólica.

Se tomarmos a interpretação de lugar sagrado nas denominações religiosas cristãs dominantes, o templo foi associado como um fator-chave de demarcação do sagrado. Ou seja, onde ocorre a hierofania se constrói uma edificação para demarcação territorial diferenciadora entre o sagrado e o profano. Isso já fazia parte da religião israelita, pois

Depois da morte de Saul, Davi foi designado rei pela tribo meridional de Judá. Pacificou a região e transformou Jerusalém em um centro religioso, depositário da Arca da Aliança. Davi foi sucedido pelo seu filho Salomão (c. 961-922), rei lendário pela sua sabedoria, que mandou construir o Templo de Jerusalém para nele depositar a Arca (ELIADE; COULIANO, 1999, p. 215, grifo nosso).

Este comentário resume o entendimento da religião judaica sobre o Templo, pois existia uma finalidade: guardar a Arca da Aliança, objeto central da religião, pois continha as tábuas de pedra com os “dez mandamentos”, centro legal e espiritual do Judaísmo. Logo, o templo ganha uma dimensão política, além da religiosa.

Como o cristianismo advém do judaísmo, a associação do templo como casa do Senhor foi perpetuada no entendimento daqueles que leem os relatos bíblicos, mesmo em choque com as práticas dos primeiros discípulos cristãos que referiram que Jesus era combativo do templo, como se percebe no texto bíblico que expõe a saída de Jesus do templo: “[...] os discípulos o alcançaram para fazê-lo notar as construções do templo. Mas ele [Jesus]

respondeu-lhes: Vedes tudo isto? Em verdade vos digo: não ficará aqui pedra sobre pedra: tudo será destruído” (BÍBLIA SAGRADA, Mateus, 24, 1-2).

Desse modo, entende-se que

Jesus destruiu o conceito de templo (a sombra) ou qualquer outro lugar tido como sagrado e edificou em nós a Sua casa (real). Esta era exatamente uma das partes da Sua missão e ministério ao vir como homem a este mundo. Tal intenção está explícita em suas palavras quando em determinado momento declarou para alguns discípulos referindo-se ao templo, que deste não ficaria pedra sobre pedra (SILVA, 2009, p. 55).

Há uma mudança de entendimento acerca da hierofania com o relato sobre Cristo. A manifestação do sagrado deixa de ser focada no espaço físico para ser um espaço simbólico, que só pode ser visível mediante a sua assembleia estabelecida espacialmente. Direcionando para os sujeitos da pesquisa, as igrejas em lares sinalizam que a hierofania é o ajuntamento dos fiéis a Cristo, tornando sagrado o local onde a reunião acontece, mas novamente não sagrada na medida em que a assembleia se desfaz, o que as tornam diferentes da visão majoritária, cujo templo permanece como sagrado, mesmo sem a congregação estar nela presente.

Há uma clara distinção discursiva entre instituições cristãs e as igrejas em lares no tocante ao uso efetivo de construções para fins religiosos. Enquanto para a maioria das instituições o templo físico se torna essencial por ser o local escolhido pelo grupo para se encontrar com Deus, enquanto para as igrejas em lares o encontro com Deus se substancia mediante o encontro dos fiéis, relegando para segundo plano o local para esse encontro. Essa diferença promove o embate entre as igrejas em lares e as instituições denominacionais, uma vez que a construção de um templo para fins estritamente religiosos deturpa o real local da hierofania. Pois na visão dos participantes das igrejas em lares o templo seria cada indivíduo, pois o sagrado está no indivíduo (ROSENDHAL, 2012). Retomando o pensamento de Silva (2009), o evangelho é uma saída do templo material para o templo espiritual.

Assim, as igrejas em lares são divergentes da maior parte da sociedade cristã, uma vez que não adotam templos ou localidades exclusivas para fins religiosos, diferentemente das instituições cristãs mais representativas no Brasil que adotam necessariamente um local específico e construído para promoção das suas práticas religiosas. Essa era uma característica dos cristãos primitivos nas quais os grupos cristãos domésticos tentam imitar nos dias de hoje, pois

[...] foram apenas os cristãos que descartaram todos estes elementos [templos, sacerdote e sacrifício]. Poder-se-ia dizer que o cristianismo foi a primeira religião

sem templos. Na mente do cristão primitivo, era a pessoa que constituía o espaço sagrado, não a arquitetura” (VIOLA, 2005, p. 45).

Resumindo, usar um espaço físico como sagrado era tirar a sacralidade da realidade espiritual que é a igreja. Esse raciocínio segue em acordo com Eliade (2008), pois temos na reunião um ritual que se diferencia das demais na visão de quem a pratica. Nas palavras do autor:

Cada documento [rito, mito, objeto, templo] pode ser considerada uma hierofania, na medida em que exprime cada um à sua maneira uma modalidade do sagrado e um momento de sua história, isto é, uma experiência do sagrado entre as inumeráveis variáveis existentes (ELIADE, 2008, p. 8).

Logo, a modalidade do sagrado vivenciada pelas igrejas em lares estabelece uma maneira de demarcação espacial mediante seus encontros ritualísticos, ficando o local desse encontro a um segundo plano, sem a necessidade de um espaço próprio e exclusivo para tal fim. Conseqüentemente, podemos dizer que uma das características que envolvem o sagrado nas igrejas em lares é a inutilização dos templos. Isso dá ao grupo uma identidade e os motiva a viver um cristianismo na qual o espaço sagrado é mais espiritual do que material. Este é sacralizado mediante a hierofania que a assembleia proporciona, formando nos locais de encontro, as casas, um movimento fluido de sacralização e dessacralização, uma vez que a hierofania se desfaz na medida em que o grupo se dispersa.

Formando a segunda parte do tripé, está a hierarquia sacerdotal (termo redundante, inclusive). Aqui usamos o termo ligando a qualquer cargo existente em uma comunidade religiosa, cargo este que separa aquele que direciona aos que são direcionados de maneira formalizada. Logo, sacerdote está inserido na hierarquia católica (padres, bispos, abades, diáconos) e protestante (pastores, reverendos, presbíteros, obreiros, apóstolos, entre outros). Segundo o dicionário teológico evangélico, o sacerdote tinha primitivamente a adivinhação oracular, contudo, no contexto judaico-cristão ele também assumiu a função sacrificial, isto é, fazer sacrifícios para mediar o contato entre o povo e a Deus, pois aqueles estavam contaminados em seus pecados (BROWN; COENEN, 2000). Por isso, temos no sacerdote uma pessoa que assume uma função de mediador, canal para os fiéis a Deus. Em outras palavras,

Nesta consideração, a ideia fundamental de sacerdote é a de um **mediador entre o homem e Deus**. O sacerdote apresenta-se entre o homem e Deus, como na verdade aparece o profeta entre Deus e o homem. Quando o sacerdote efetuava qualquer outro trabalho, já não era como sacerdote que exercia essa missão, mas somente como executante das funções de outros homens (SACERDOTE, 2018, grifo nosso).

Mas a nossa interpretação acerca do sacerdote segue também trilhada por uma perspectiva sociológica. A partir das considerações de Weber (1991), podemos alinhar o que entendemos acerca do conceito e como se aplica na tradição religiosa cristã. Podemos dizer que “O Sacerdócio, segundo a perspectiva sociológica, caracteriza-se pela ação de uma pessoa em favor dos membros da comunidade religiosa. Nesse caso, o sacerdote é aquele profissional que lida com a administração do sagrado no campo religioso” (ARAÚJO, 2012, p. 165). Podemos dizer que o sacerdote é um líder frente a um grupo, no qual ministra o sagrado. Por ser um profissional religioso diferencia dos outros membros de uma congregação. Por isso configura uma hierarquia religiosa dentro de uma denominação religiosa. Por essa conceituação também entendemos estar presente em várias denominações cristãs, porém reconhecidos com outros nomes (padre, pastor, pregador). Cabe mencionar que o próprio termo “sacerdote” se refere etimologicamente a um comando do sagrado.

É a partir da discussão elaborada por um dos pais da Sociologia que se eleva nosso entendimento conceitual do sacerdote no contexto religioso cristão. Uma primeira definição consiste em que “é possível designar como ‘sacerdote’ aqueles funcionários profissionais que, por meios de veneração, influenciam os deuses” (WEBER, 1991, p. 294). Influenciar os deuses remete a uma comunicação direta com a divindade, ao ponto de ser um responsável pelo contato entre os fiéis e a divindade, ou seja, um mediador. É muito comum ouvir de pregadores a necessidade de ir à igreja (templo físico) para se aproximar de Deus.

Essa mediação do sacerdote faz com que ele seja dotado do poder de ligar a vontade divina com o fiel obediente. Ou seja, ele lidera um grupo de pessoas e até decide o que deve ser feito entre elas. Então o sacerdote exerce claramente um poder simbólico, de modo que

A gestão do depósito de capital religioso (ou sagrado), produto do trabalho religioso acumulado e o trabalho religioso necessário para garantir a perpetuação deste capital garantindo a conservação ou a restauração do mercado simbólico em que o primeiro se desenvolve, somente podem ser assegurados por meio de um aparelho de tipo burocrático que seja capaz, como por exemplo a Igreja, de exercer de modo duradouro e ação contínua (ordinária) necessária para assegurar sua própria reprodução ao reproduzir os produtores de bens de salvação e serviços religiosos, a saber, o corpo de sacerdotes, e o mercado oferecendo a estes bens, a saber, os leigos como consumidores dotados de um mínimo de competência religiosa (*habitus* religioso) necessária para sentir a necessidade específica de seus produtos (BOURDIEU, 2007, p. 59).

A citação acima é um ponto a se discutir pela relevância existente entre a gestão do capital religioso e o aparato necessário para sua perpetuação. Bourdieu (2007) ressalta o aparato burocrático como um canal essencial que propicia as trocas entre oferta e consumo de serviços religiosos dentro das instituições religiosas. Dessa maneira, o sucesso do corpo de

sacerdotes depende do aparato construído a seu favor. Isso o faz se tornar diferente do mago e do profeta, conforme situa Weber (1991), pois atuam de modo independente e não carecem de um aparato burocrático religioso para efetivar o seu exercício. Isso porque no templo o sacerdote pode administrar aquilo que o torna essencial: o culto, a doutrina e a interpretação do texto sagrado. Assim, o mercado religioso só se fundamenta mediante um lócus propício para sua propagação.

Por conseguinte, o templo é considerado como um aparelho burocrático adotado pelos sacerdotes para efetivação e perpetuação de seus serviços e administração da instituição. Sem o templo, a função sacerdotal perde sentido, pois nele se desenvolve o mercado simbólico religioso, através dos bens de salvação, conforme o autor acima relata. Nesse caso, o templo é a materialidade do poder simbólico sacerdotal e quanto a isso, os membros ficam sob a tutela administrativa desses mediadores.

Aqui se encontra a divergência entre as instituições que usam templos e as igrejas em lares. Pois se as reuniões e ritos são realizados nos lares, obviamente torna-se desnecessária a função sacerdotal, pois não há bens simbólicos nas quais precise administrar. Na percepção dos grupos domésticos existem ritos e funções cumpridas mediante acordo mútuo pelos membros, inclusive na delegação de tarefas, pois os membros têm aparentemente igual peso para exercer os rituais comunitários e nenhum exerce poder a ponto de ser obedecido, mas antes há um consenso deliberativo na qual os participantes ouvem, refletem e definem as ações coletivas e ensinamentos a serem guardados.

Isso ocorre porque para os integrantes das igrejas em lares, há apenas um sacerdote com autoridade de mandar ou ordenar aos demais, que é o próprio Jesus Cristo. Assim, os relatos escritos na bíblia são os parâmetros usuais para as reuniões e seus rituais. Nas instituições cristãs é também comum o uso da bíblia, até porque é o livro sagrado do cristianismo. Porém, há outros escritos ou relatos orais que se somam a autoridade divina. Por exemplo, no catolicismo existe o catecismo, livro na qual estão definições e regras de conduta entre os católicos. Entre os protestantes podemos exemplificar que algumas denominações possuem seu próprio estatuto, como é o caso exemplar da Assembleia de Deus¹³. Há ainda outras denominações como a Igreja Batista¹⁴, Igreja Presbiteriana¹⁵ e Igreja Evangélica

¹³ Estatuto da Assembleia de Deus, Ministério da Plenitude, por exemplo. Disponível em: <https://ademp.com.br/documentos/estatuto.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

¹⁴ Estatuto da Convenção Batista Nacional. Disponível em: <https://cbn.org.br/institucional/estatuto-da-cbn/>. Acesso em: 21 out. 2021.

¹⁵ Estatuto Igreja Presbiteriana do Brasil. Disponível em: https://www.executivaipb.com.br/arquivos/estatutos_ipb.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

Quadrangular¹⁶ que se utiliza de regimentos internos para administração da instituição e em nelas há a especificação da função sacerdotal.

Essas práticas não são aceitas nas igrejas em lares, pois eles adotam apenas o consenso acerca da interpretação bíblica acordada pelo grupo. Desse modo, cada membro tem acesso a Escritura e ao lê-la pode interpretar e proferir em assembleia aquilo que entende ser desígnio divino. Logo, não existe uma pessoa responsável para comandar a igreja, pois esta é responsabilidade de todos. Isso mostra que o aparato necessário para o mercado religioso (BOURDIEU, 2007) é ressignificado para promoção de um grupo mais equiparado, com menor ou ausência hierárquica.

Nas reuniões alguns possuem mais facilidade para determinadas tarefas. Os chamados “dons” são exercidos por quem possui aptidão para cantar, outros para orar e ainda alguns para ensinar. É um princípio bíblico relatado em uma das cartas paulinas: “Quando estais reunidos, cada um de vós pode cantar um cântico, proferir um ensinamento ou revelação, falar em línguas ou interpretá-las; mas que tudo se faça para edificação!” (BÍBLIA SAGRADA, Primeira Carta aos Coríntios, 14, 26). Logo, não há um administrador ou sacerdote entre as igrejas em lares, porém todos possuem autoridade equivalente.

Quando falamos dos dons, aplicamos o entendimento que se extrai do Novo Testamento bíblico, ou seja, qualidades que uma pessoa possui que lhe foi divinamente dirigida. Dessa maneira, não há como dissociar o termo ao conceito de *carisma*, apontado por Weber (1991, p. 158-159), no qual ele explica ser

[...] uma qualidade pessoal considerada extracotidiana e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder” (grifo do autor).

Por isso, nas igrejas em lares a hierarquia tende a ser blindada na posição de equidade relativa ao grupo. Isto é, esses dons acabam elevando algumas pessoas dentro da coletividade, pois aqueles que exercem funções de ensinar acabam possuindo maior poder de voz e assim exercem certa liderança no grupo. Isso geralmente ocorre com aqueles que têm mais idade ou que já vivenciam nas igrejas em lares há mais tempo. Há também casos de pessoas que intelectualmente são mais instruídas, e estas direcionam os atos religiosos durante as reuniões. Contudo, as pessoas detentoras dos dons não formalizam verbalmente e nem na prática uma posição superior frente ao grupo.

¹⁶ Regimento Interno da Igreja Evangélica Quadrangular. Disponível em: <https://www.sisced.org/arquivos/regimentointerno.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

Nesse caso, há uma diferença entre os participantes mais atuantes nas igrejas em lares e os sacerdotes das instituições religiosas, pois estes trazem exclusivamente para si a responsabilidade de mediador, enquanto aqueles assumem uma função de troca, pois estão dispostos a liderar e ser liderado. Os sacerdotes, apesar de se nomear um servo, explicita superioridade para com os demais, uma vez que traz para si a função administrativa. Os participantes das igrejas em lares, mesmo que assumam liderança não exercitam essa função de modo exclusivo e contínuo.

Sendo assim, podemos afirmar que o sacerdote é abolido nas igrejas em lares porque eles não usam o templo, de modo que não há necessidade de um profissional religioso que administre os bens simbólicos das reuniões nos lares, estando o poder estabelecido simbolicamente pela obediência aos relatos bíblicos, de modo que os locais de reunião são relacionados ao poder do grupo ali exercido pelo encontro com o sagrado, que é a coletividade.

Completando o tripé denominacional temos o dízimo, no qual se entende de maneira elementar como a décima parte de algo. “A décima parte era usualmente do produto da terra, e era considerada aquela parte do todo que era devida por um adorador ao seu Deus, para o *sustento do santuário de Deus e dos seus sacerdotes*” (BROWN; COENEN, 2000, p. 595, grifo nosso), porém hoje simbolizado pela contribuição monetária. Podemos dizer que o termo dízimo possui três sentidos básicos: a parte matemática, décima parte de algo; a parte histórica, como “contribuição, imposto que se pagava à Igreja, ou mesmo à nobreza, e que correspondia à décima parte dos produtos produzidos pela terra ou pela reprodução das criações (animais)” (DÍZIMO, 2015) e; a parte religiosa, no qual se define como “a décima parte do salário ou de qualquer rendimento que se doa, voluntariamente, em várias igrejas” (DÍZIMO, 2015). Na atualidade, o sentido religioso é o mais apreendido quando se usa a palavra dízimo, todavia a lógica matemática de dez por cento é entendida quando se refere à quantia a ser depositada para as instituições.

Hodiernamente, o dízimo é atribuído a um valor monetário, mesmo que em outras épocas a prática era doar a décima parte da produção agropecuária. Contudo, mesmo em comunidades rurais o pagamento do dízimo hoje é em moeda corrente. Portanto, o dízimo é um valor no qual o fiel deve doar a Deus, como devolução porcentual de tudo aquilo Deus concederia ao seu povo (MACEDO, 2000). Simbolicamente, é uma dívida do fiel para com Deus, que é revertida em ajuda para a comunidade da qual faz parte e que deve ser depositada na igreja (templo, denominação) da qual é membro.

Em uma análise mais profunda, percebemos que o aparato financeiro faz parte do convívio religioso cristão, sobretudo nos segmentos pentecostais. Duas características são atribuídas aos dizimistas: a obrigatoriedade e a recompensa. Podemos dizer que

Os pentecostalismos, como se sabe, por um lado, assumiram do protestantismo histórico a obrigatoriedade moral de o fiel honrar o dízimo e, por outro lado, da mentalidade católica tradicional a associação entre obtenção da graça e sacrifício pessoal. Por isso mesmo, além de pedir o dízimo aos fiéis, os pastores do grande movimento pentecostal demandam ofertas financeiras diuturnamente aos fiéis como condição para a solução das suas aflições (ORO, 2019, p. 19).

As instituições religiosas cristãs se pautam na moralidade de “doar” o dízimo, pois o fiel assume que está devolvendo uma parte daquilo que Deus lhe dera. Além disso, ao dizimista é um ato de fé, no qual traz benefícios futuros, promovendo uma troca simbólica entre o fiel que entrega o dízimo e àqueles a quem o valor é doado. Nesse contexto, não dar o dízimo é o mesmo que roubar a Deus, pois “uma pessoa pode roubar de Deus segurando aquilo que é de Deus por direito, negligenciando dar conforme prosperou” (BARBOSA, 2011, p. 1). Ou seja, a quem se declara pertencente a uma instituição religiosa assume o dever de contribuir financeiramente para a instituição a qual faz parte, caso contrário, está negligenciando o ensino da denominação e pode arcar com más consequências para sua vida espiritual e material.

Assim há duas observações: o recibo do dízimo e seu destino. Quanto ao primeiro, a Assembleia de Deus (2011), por exemplo, afirma que “a Casa do Tesouro daquela época histórica foi substituída pela Igreja dos nossos dias, portanto todos os dízimos devem ser trazidos até a tesouraria da Igreja”. O templo é o local de doação, no qual possui um departamento responsável para recebê-los. Essa prática é comum em diversas instituições cristãs, então percebemos que o templo é um símbolo de comprometimento do fiel para com Deus, servindo de ligação mediada por recursos financeiros.

Referente ao que se destina, são basicamente três funções: investimento em propagação da instituição, manutenção dos custos do templo e pagamento de salários aos sacerdotes. Como explica o texto a seguir: “Em nossos dias, observamos o modelo deixado no Antigo Testamento, para ofertarmos a Deus, suprindo assim as necessidades da igreja na obra de evangelização e manutenção de templos e despesas com o sacerdócio” (OLIVEIRA, E. 2019, p. 2). É salutar esclarecer que propagar a instituição é uma territorialidade que por vezes sinaliza uma concorrência e até rivalidade com outras denominações em sua área de atuação.

Podemos constatar tais informações mediante um estudo apontado por Souza et al, (2014) que mostra os motivos pelos quais as instituições religiosas ratificam a prática do dízimo. Os autores apontam pelo menos duas finalidades para o dízimo. O primeiro deles engloba custos com mão de obra, os profissionais religiosos, e custos com os templos. Eles afirmam que

Neste caso, eles [bispos e pastores] recebem uma ajuda de custo da Igreja. Tanto os bispos como os pastores realizam seus trabalhos no rádio, TV e nas Igrejas. Mesmo não fazendo parte direta do trabalho da Igreja, a participação dos fiéis é fundamental, visto que, por meio dos dízimos e das ofertas, a Igreja consegue pagar suas contas e se desenvolver (SOUZA et al., 2014, p. 165).

Como se percebe, as contribuições financeiras endossadas pelo ensino do dízimo possuem a finalidade de perpetuar a sustentação dos administradores e conservar a arrecadação para os gastos gerados no templo. A doutrina discursiva do dízimo é o meio pelo qual os dirigentes mantêm sua hierarquia e ao mesmo tempo conseguem oferecer os seus serviços religiosos, pois a captação dos recursos permite cuidar da imagem pessoal dos dirigentes além da imagem do próprio lugar de culto, que continua a oferecer os serviços religiosos ofertados.

E não somente custear o próprio templo, pois os dízimos também são úteis para construção de novos templos. Ou seja, as quantias ofertadas pelos fiéis auxiliam para a formação de uma territorialização da fé, mediante novos pontos de promoção da fé cristã. Podemos entender isso pela explicação a seguir:

Há alguns anos, o fundador da Igreja pesquisada [Neste caso específico, refere-se à Igreja Universal do reino de Deus] vem investindo pesadamente na construção de catedrais em todo o Brasil e em alguns outros países. Percebe-se que há uma preocupação em tentar padronizar todas as Igrejas em relação às evidências físicas. Uma boa parte delas é alugada e, por este motivo, a fachada desses salões não é totalmente padronizada. O que chama a atenção, situado no lado externo dessas Igrejas, é o seu logo e o nome de Jesus em evidência. No interior das Igrejas, uma boa parte dos altares é feita de mármore, o púlpito é semelhante ao existente nas demais Igrejas e o assento dos fiéis é constituído de poltronas, estofadas ou não (SOUZA et al., 2014, p. 165).

Isso corrobora com o que propomos aqui sobre o tripé denominacional, visto que o templo é usado como um símbolo de poder que direciona ao carisma sacerdotal (WEBER, 1991) Aproveitando sua posição eclesiástica para incentivar à obediência aos textos bíblicos que corroboram o discurso de que eles são representantes de Deus na igreja. Os mesmos autores constataram como conclusão de seu trabalho que o motivo dos fiéis darem o dízimo é para obediência às Escrituras Sagradas (SOUZA et al, 2014). Os fiéis se assumem como demanda para os serviços religiosos e um deles é a obediência à contribuição do dízimo.

Percebemos o dízimo como essencial para a proliferação do poder simbólico dos líderes. Uma vez que é pelos donativos que se sustentam e podem aprimorar as suas técnicas de ensino, além de adquirir bens, tanto materiais como simbólicos. Por exemplo, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2009) veda em seu 150º artigo, inciso VI, alínea *b*, a instituição de impostos sobre templos religiosos de qualquer culto, assim um pastor não paga imposto referente ao veículo que possui, pois é uma pessoa jurídica com finalidade religiosa, ou seja, o carro que usa é da instituição, não de propriedade pessoal, apesar de seu uso cotidiano e indiscriminado, uma vez que representa a filiação religiosa na qual administra.

Consequentemente, o dízimo é a mola mestre para que os templos funcionem. Quanto maior a arrecadação de dízimos, maior se torna a estrutura do templo, como vemos em várias instituições espalhadas pelas grandes cidades. Ou seja, sem o dízimo não há como manter um templo e sem o templo, como já exposto anteriormente, não há necessidade de um administrador. De igual forma, com a remuneração dos líderes, eles podem asseverar uma qualificação, seja por estudos ou por bens, que lhes promova maior poder sobre o templo, pois há uma intensificação do discurso que os dirigentes servem a Deus pelo domínio espacial dos prédios religiosos.

A partir das visitas que fizemos e dos materiais divulgados por igrejas em lares na internet, não há cobrança e nem estímulo para pagamento do dízimo. Contudo, os membros são livres para ajudar uns aos outros, isto é, se há no grupo pessoas mais carentes, os outros membros são livres para ajudar financeiramente, com qualquer quantia, não exatamente dez por cento, como sinaliza o dízimo. Presenciamos alguns comentários sobre arrecadação de dinheiro ou comida, mediante cestas básicas ou pagamento de um boleto bancário pendente, para algum integrante do mesmo grupo. Porém, a não obrigação do dízimo resulta do fato que sem templo, eles não possuem custos fixos, e de igual modo, não precisam pagar salários aos sacerdotes, além de horizontalizar o poder entre o grupo, uma vez que não há alguém superior que mereça receber o dízimo, gerando maior equidade decisiva no âmbito das reuniões.

Portanto, o tripé denominacional é interdependente e constitui a espacialidade da maior parte das instituições religiosas. Sem o elo do templo, quebra-se a corrente interdependente do sacerdote e do dízimo. Assim, podemos ilustrar o tripé denominacional da seguinte forma (Figura 1).

Figura 1 - Tripé denominacional das igrejas cristãs



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

As igrejas em lares adquirem uma espacialidade diferente porque elas fundamentalmente excluem o tripé denominacional de sua prática religiosa. Logo, o espaço sagrado se modela fora deste tripé, sendo cada grupo livre, autônomo e fluido, uma vez que uma casa não é um templo, mas antes sacralizada por meio da assembleia que naquele instante de convívio está ali presente.

Podemos fazer um paralelo comparando as características do tripé denominacional e a fluidez das igrejas em lares, como se segue:

Quadro 1 - Comparação característica entre as igrejas denominacionais e igrejas em lares

Características	Tripé denominacional (instituições religiosas)	Fluidez doméstica (igrejas em lares)
Espaço sagrado	Uso de Templos	Reunião dos membros
Relação de poder	Hierarquizado pelo sacerdócio	Equivalência consensual
Recursos	Por meio dos dízimos	Por meio da convivência

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Evidenciamos três contrastes entre as denominações cristãs e os grupos que se reúnem em casas: Espaço sagrado, relação de poder e recursos. Quanto ao primeiro, o espaço sagrado

no tripé denominacional se refere ao espaço físico, pois ele é dotado de uma importância religiosa, ou seja, ele é necessário para que a relação divindade e grupo aconteçam. Por sua vez, os grupos que se reúnem em lares expressam essa ligação pela sua congregação, sem a materialidade pré-definida do templo, uma vez que a consagração, isto é, tornar o local sagrado, decorre do ajuntamento de pessoas em alguma residência de um membro praticante; mesmo que esta não seja dotada de sacralidade no cotidiano, ela passa a ter o status de uma sacralidade a partir dos momentos que ocorram os cultos religiosos.

Quanto às relações de poder, a principal distinção se evidencia pela responsabilidade religiosa advinda de um cargo eclesiástico. Uma ou algumas pessoas se tornam mediadores entre o espaço sagrado e a comunidade religiosa. Não obstante, há uma distinção dessa mediação nos lares, uma vez que todos são responsáveis para promoção mediadora com a divindade, negando a exclusividade de liderança a apenas uma pessoa.

Sobre os recursos também há evidente divergência na comparação mostrada acima. Tendo por regra que recurso (etimologicamente significa caminhar novamente) nesse contexto é o meio pelo qual ocorre a continuidade das práticas religiosas, o “eterno retorno” de ligação entre divindade e grupo, as instituições que se utilizam do tripé denominacional adotam o dízimo pela necessidade de abater os custos que o templo acarreta sobre o grupo. Enquanto as igrejas em lares, por não usarem templos, só podem manter suas práticas quando existe convivência entre os membros, por meio das reuniões por eles promovidas. O recurso é a presença e atuação nas assembleias.

Dessa forma, podemos sintetizar que a espacialidade das igrejas em lares se substancia pela interação simbólica dos membros, por meio do combate ao tripé denominacional existente na maior parte das instituições religiosas cristãs. Antes o espaço sagrado gira em torno dos fiéis, pois é pela demarcação simbólica do grupo que o espaço sagrado é consagrado, o que faz ser a igreja um movimento de fiéis cuja materialidade repousa sobre a casa, local que a congregação está em seus momentos de reunião.

Podemos dizer que a escala de atuação nas igrejas em lares é o próprio corpo físico, entendido pelos grupos visitados como morada espiritual do sagrado, no qual o lar representa seu contato com o mundo e as reuniões expõem socialmente o encontro com transcendente. Seria o lar um espaço de afetividade, no qual “os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fato: a postura e estrutura do corpo e as relações entre as pessoas” (TUAN, 2013, p. 49), o que mostra que o contato com o sagrado passa inicialmente pelos sentidos e percepções pessoais, mas se externa no âmbito social pelo encontro coletivo nos lares.

Consequentemente, a fluidez para o exercício de uma liderança permite uma maior autonomia entre os membros, que por sua vez se reflete espacialmente. Isso acontece pela atuação coletiva dos participantes, que faz do culto seu espaço sagrado. O lar é símbolo espacial de conexão entre a igreja, entendido como conjunto de pessoas que partilham da ideia de que compõem a real habitação de Deus. Então, podemos afirmar que as igrejas em lares compreendem uma leitura de espaço sagrado a partir das práticas espaciais nos períodos de reunião, e a casa é uma restrição espacial objetivada como sagrada naquele momento de interação simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as igrejas em lares são grupos religiosos cristãos distintos das instituições cristãs estabelecidas no país. São pessoas que usam o termo igreja para se referirem à congregação de pessoas cuja fé se baseia no paradigma neotestamentário, por meio da imitação comportamental dos cristãos primitivos ao se reunirem.

Não se identificam com nenhuma denominação institucional e percebem a manifestação do sagrado nos lares provenientes da assembleia de pessoas cuja fé entre em comum acordo. Assim, não precisam registrar nomes e nem construir templos, resultando em um anonimato estatístico.

As igrejas em lares constituem um afloramento de percepção advinda do movimento pentecostal. Este emerge de uma liberdade de acesso aos textos bíblicos e sua interpretação, bem como uma postura pietista, que remonta a um viver de liberdade religiosa que procura conservar os valores cristãos.

As igrejas em lares têm como principais características a refutação de três princípios seguidos pelas instituições cristãs: templo-sacerdote-dízimo. Os grupos que se reúnem em casa percebem nos templos uma profanação dos moldes deixados pelos ensinamentos de Jesus. Se não há templo, não carece de administradores (sacerdotes) e, por sua vez, não existem custos operacionais nos espaços litúrgicos. A ausência deste tripé denominacional faz das igrejas em lares diferentes de boa parte das práticas cristãs no Brasil.

O espaço sagrado das igrejas em lares adota uma sacralidade fluida, advinda da efemeridade dos encontros em grupo. As casas são pontos de encontro consagrados apenas nos ajuntamentos para o culto, no qual de fato emerge a sacralidade espacial naquele local. O espaço sagrado é o encontro, especializado pela participação da assembleia e pelos significados que isso encerra para o grupo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; MONTEIRO, P. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, 2001.

ARAÚJO, E. M. Sacerdócio instituído e outras experiências religiosas. **Interações**, Campinas, v. 7, n. 11, p. 165-176, 2012.

BARBOSA, E. Roubando a palavra de Deus. **Gospel Mais**, São Paulo, 06 fev. 2011, Estudos bíblicos. Disponível em: <<https://estudos.gospelmais.com.br/roubando-a-palavra-de-deus.html#>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BÍBLIA SAGRADA. Português. **Bíblia de Jerusalém**: nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BOST, B. J. **De casa em casa**: crescimento da igreja nos lares. São Paulo: Arte editorial, 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

BROWN, C.; COENEN L. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

CAMPOS JUNIOR, L. C. **Pentecostalismo**: sentidos da palavra divina. São Paulo: Ática, 1995.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. **A celebração do ministério cristão**. [online]. Vaticano: Livraria Editora Vaticana, 2017. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p2s1cap2_1135-1209_po.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CAVALCANTI, J. B. **Mulheres nos cristianismos paulinos**. Rio de Janeiro: Kliné, 2021a.

CAVALCANTI, J. B. **Os cultos e edifícios religiosos da Wall Street**: interações culturais entre cristãos, judeus e mitraístas (Dura-Europos, Síria, século III). 2021. 310 f. Tese (Doutorado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021b.

COULANGES, N. F. **A cidade antiga**. São Paulo: eLibris, 2006.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 4, n. 4, p. 73-88, jul. 2017.

COSTA, H. M. P. Pietismo: um desafio à piedade e à teologia. **Fides Reformata**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-20, 1999.

- COSTA, O. J. L. A experiência do lugar na perspectiva proustiana. **Revista Sapiência**, Iporá, GO, v.9, n.1, p.122-132, 2020.
- COSTA, O. J. L. A imaginação geográfica e as representações dos lugares sagrados. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 48-60, ago. 2012.
- DÍZIMO. *In: Michaelis On-line moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2015.
- DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.
- ELIADE, M. **O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Lisboa: Livros do Brasil, 1979.
- ELIADE, M. **Tratado de história das religiões**. 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
- ELIADE, M.; COULIANO, I. **Dicionário das religiões**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FERNANDES, S. R. A. Trajetórias religiosas de jovens sem religião: algumas implicações para o debate sobre desinstitucionalização. **Interações**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 369-387, dez. 2018.
- FERNANDES, Silvia Regina Alves. **Novas formas de crer: católicos, evangélicos e sem religião nas cidades**. São Paulo: CERIS-Promocat, 2009b. 424p.
- FERNANDES, Silvia Regina Alves. Sem religião: a identidade pela falta? *In: FERNANDES, Silvia Regina Alves (org.). Mudança de religião no Brasil – desenvolvendo sentidos e motivações*. São Paulo: Palavra e Prece, 2006. p 83-92.
- GOMES, Edlaine de Campos. **A era das catedrais: a autenticidade em exibição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. 268 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Amostra Religião. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 15 out. 2021.
- JACOB. Cesar Romero. et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Sao Paulo: Loyola, 2003. 240 p.
- KONG, L. *In search of permanent homes: Singapore's house churches and the politics of space*. **Urban Studies**, Singapore, v. 39, n. 9, p. 1573–1586, 2002. DOI: 10.1080 / 00420980220151664. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/soas_research/1730. Acesso em: 25 jun. 2020.
- MACEDO, Edir. **Vida com abundância**. Rio de Janeiro: Universal, 2000. 60 p.

MAGALHÃES, José Geraldo. Uma igreja além do templo. **Expositor cristão**, São Paulo, ano 132, n. 8, p. 8-9, ago. 2018. Disponível em: https://www.expositorcristao.com.br/content/interfaces/cms/userfiles/files/edicoes/2018_agosto.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, v. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/43696/27488>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 246 p.

MARIZ, C. O que precisamos saber sobre o censo para poder falar sobre seus resultados? Um desafio para novos projetos de pesquisa. **Debates do NER**, Porto Alegre, V. 14, n. 24, p. 39-58, jul./dez. 2013.

MESLIN, M. **A experiência humana do divino: fundamentos de uma antropologia religiosa**. Petrópolis: Vozes, 1992.

NEGRÃO, L. N. Trajetórias do sagrado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 115-132, 2008.

O que é o dízimo? **Assembleia de Deus: vida abundante**, 2011, Palavra do pastor. Disponível em: <<https://advidaabundante.webnode.com.br/products/o-que-e-o-dizimo/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

OLIVEIRA, E. Dízimos e Ofertas. **Vivos**. Disponível em: <<http://vivos.com.br/dizimos-ofertas/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

OLIVEIRA, P. W. A. Aproximações entre geografia e religião: contribuição aos estudos em geografia da religião. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 1 -13, maio 2019.

OLIVEIRA, S. F. De volta à igreja primitiva. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 10,, n. 30, p. 123-148, 2018.

ORO, A. P. Transnacionalização evangélica brasileira para a Europa: significados, tipologia e acomodações. **Etnográfica**, v. 23, n. 1, p. 5-25, jan./abr. 2019.

PESTANA, M. As religiões no Brasil. **Religião e Poder**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2021, Dados abertos. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/a-influencia-das-religoes-no-brasil/#:~:text=Em%202020%2C%20cat%C3%B3licos%20s%C3%A3o%20a,Evang%C3%A9licos%20representam%2031%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PONTES, B. M. S. Movimento social judeu que resultou no cristianismo primitivo: da pregação da “boa nova” por Cristo, nos territórios da Palestina do século I, à interpretação do seu discurso, no século XXI. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 7, n. 1, p. 6-47, 2018.

RODRIGUES, D. S. Religiosos sem igreja: um mergulho na categoria censitária dos sem religião. **Revista de Estudos da Religião**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 31-56, dez., 2007.

ROSENDHAL, Z. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SACERDOTE. Dicionário bíblico online do Bíblia.com, 17/01/2018. Disponível em: <<https://biblia.com.br/dicionario-biblico/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVA, D. P. As perseguições aos cristãos no império romano (séc. I-IV): dois modelos de apreensão. **Revista Jesus Histórico**, Rio de Janeiro, v. 4, v. 7, p. 29-43, 2011.

SOUZA, J. A. X. Religião: um tema cultural de interesse geográfico. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 12, n. 1, p.69-80, 2010.

SILVA, L. **A igreja de casa em casa**. Balneário Piçarras: Casa Editora e publicações, 2009.

SOUZA, R. V. et al. O composto de marketing e a teologia da prosperidade: um estudo sobre dízimos e ofertas em uma igreja neopentecostal. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 13, n. 1, p. 150-170, jan./jun. 2014.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

VILLASENOR, R. L. Crise institucional: os sem religião de religiosidade própria. **Revista Nures**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 1-13, jan./abr. 2013.

VIOLA, F.; BARNA, G. **Cristianismo pagão**: origens e práticas da nossa igreja moderna. [on line] *Presenty Testimony Ministry*, 2005. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/201>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.